

GESTÃO ESCOLAR E DIVERSIDADE: DISCUSSÕES SOBRE A PRÁTICA DE UM PROJETO DE ENSINO E PESQUISA

Andrea Geraldi Sasso¹
Fabiane Freire França²

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de apresentar o resultado das discussões sobre a prática de um projeto de ensino e pesquisa, na área da Gestão Escolar, envolvendo a temática da Diversidade, em uma escola municipal localizada na cidade de Campo Mourão/PR, com as educadoras da instituição. Buscamos responder o seguinte questionamento: Quais relações podemos estabelecer entre os Estudos de Gênero e Sexualidade no trabalho da Gestão Escolar? Destacamos como resultados desta pesquisa, que as discussões em torno da Diversidade e sua inserção dentro do trabalho da Gestão Escolar são imprescindíveis, uma vez que a escola é formada por seres humanos cujas construções históricas, sociais, religiosas, políticas, culturais, podem ajudar a promover diferença no trato com a Diversidade.

Palavras-chave: Educação. Gestão Escolar. Diversidade. Sexualidade.

ABSTRACT

The paper aims to present the outcome of discussions on the practice of education and research in the area of School Management, involving the issue of diversity in a municipal school in Campo Mourão / PR, with professionals the institution. We seek to answer the following question: What relationships can be established between Gender Studies and Sexuality in the work of School Management? We highlight the results of this research, the discussions around diversity and its insertion into the work of School Management are essential, since the school is made up of human beings historical, social, with formation political and cultural. The contact with cultural constructions can help promote difference in dealing with diversity.

Keywords: Education. School Management. Diversity. Sexuality.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/Campo Mourão, 2013). Pós-graduanda em EAD e as Tecnologias Educacionais (UniCesumar). Contato: dreasasso@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2014). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/Campo Mourão). Contato: prof.fabianefreire@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de um projeto de ensino e pesquisa a princípio intitulado “Diversidade na Escola”, realizado durante a docência de Gestão Escolar, da disciplina de estágio supervisionado obrigatório do curso de Pedagogia, (UNESPAR/Campo Mourão), sendo desenvolvido em uma instituição escolar pública, municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental, localizada na cidade de Campo Mourão/PR.

O referido trabalho teve como objetivo: desenvolver oficinas em formato de projeto de extensão sobre diversas temáticas, de acordo com as necessidades levantadas pela escola. Um dos temas apontados pelas profissionais (professoras, diretora e pedagoga), foi sobre a retomada de alguns pontos das discussões sobre os conceitos de gênero, sexualidade, transgêneros, travestis e transexuais, pois as profissionais da instituição já tinham participado de um projeto de extensão³ sobre a temática, e manifestaram a necessidade de aprofundar seus conhecimentos sobre o assunto.

Em razão da importância política, social, cultural e as necessidades das discussões sobre a Diversidade e demais conceitos – gênero, sexualidade –, buscamos responder a seguinte questão: Quais relações podemos estabelecer entre os Estudos de Gênero e Sexualidade no trabalho da Gestão Escolar?

Para a realização deste projeto, utilizamos como recursos algumas literaturas para a fundamentação teórica na perspectiva dos Estudos Culturais (LOURO, 1997; SILVA, 2004), e algumas sugestões⁴ de materiais para serem trabalhados em sala de aula, abordando a importância da instituição escolar como uma das instâncias sociais para discussões das questões de Diversidade na Gestão Escolar.

O TRABALHO DA GESTÃO ESCOLAR: PONTOS DE REFLEXÃO

Para Apple (1995) o conhecimento escolar não é neutro, pois está relacionado estreitamente com questões político-ideológicas e, por isso, atrelado aos conflitos históricos de classe, raça, sexo e religião. O autor defende que as discussões sobre a sala de aula devem conter a compreensão acerca das relações de poder da realidade, buscando e promovendo um currículo democrático com princípios políticos e éticos de crítica e renovação social.

³ Projeto de extensão intitulado “O conceito de gênero produzido por docentes: implicações pedagógicas nas séries iniciais do Ensino Fundamental”, realizado no período de 01 de agosto a 01 de dezembro de 2011, totalizando 80 horas de curso, e coordenado pela segunda autora do presente trabalho.

⁴ Sugestões de propostas: o uso de materiais teóricos e didáticos, como, a literatura infantil: *Faca sem ponta galinha sem pé*, da autora Ruth Rocha (2009), *Ceci tem pipi?* Do autor Thierry Lenain (2004), *Billy Elliot* (1999), para serem utilizados em sala de aula com os alunos. Sugerimos ainda outras leituras dentre elas: (MESOMO, 2004; SCOTT, 1995), livros (SILVA, 2004; LOURO, 1997; MEYER e SOARES, 2004), entre outros, para maior aprofundamento teórico sobre o assunto.

A partir desta observação pautamos o projeto do estágio supervisionado no princípio da gestão democrática da escola pública, defendida como possibilidade de ação efetiva no trabalho da Gestão Escolar (PARO, 2003; SOUZA, 2001).

No que se refere às discussões sobre a Gestão Escolar, Fank (2010), apresenta uma abordagem sobre a contradição entre as leis e a realidade social e educacional e da (não) participação das dimensões sociais, políticas, econômicas e históricas da sociedade, no ambiente escolar de maneira democrática e atuante, pois segundo Souza (2001, p. 13) a gestão democrática,

[...] é o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Nesta mesma direção, Fank (2010) questiona o que seria uma escola para a democracia. Segundo a autora, o que é democrático na escola, está relacionado com a qualidade do ensino, a oportunidade do contato com os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, a participação de todos os membros que compõe a escola (comunidade escolar), a discussão, planejamento, decisões, soluções de problemas, entre tantas outras ações, que nem sempre acontecem na prática. A autora ressalta que não temos a cultura da participação na escola, por conta também da história que vivenciamos, como por exemplo, a ditadura militar, a repressão, centralização do poder que coibia a participação da massa trabalhadora, não mudando muito o cenário contemporâneo, que por meio do poder centralizador e descentralizador, ao mesmo tempo em que permite a autonomia e a tomada de decisões, retiram-nas, para manter a ordem vigente.

Seguindo o mesmo viés, o autor Apple (1995) aponta que as instituições educacionais hoje, além de distribuírem valores ideológicos e conhecimento, também influenciam no sentido de legitimar e reproduzir as composições econômicas, políticas e sociais que vigoram. No entanto, pelo fato de as instituições e os indivíduos que nela trabalham possuírem uma própria história e ideologia, os objetivos e resultados escolares podem entrar em contradição com a ideologia dominante.

O mesmo autor ainda explica que é difícil compreender porque as relações de dominação (materiais e simbólicas) reproduziram-se sem causar resistência por parte dos grupos dominantes, o que ele chama de valores contra-hegemônicos. Para ele, o reconhecimento deste valor contra-hegemônico e hegemônico permite a melhor compreensão tanto das condições de atuação da educação quanto das possibilidades de mudança de tais “padrões”.

As diferenças e conflitos de classe são de enorme importância, diz o autor, mas as relações de gênero, de etnia e de sexo também são fundamentais para compreender os

feitos sociais da educação, o como e o porquê o currículo e o ensino são organizados e controlados. O conservadorismo busca recuperar o poder hegemônico que foi “ameaçado” pelas mulheres, pelas pessoas vistas como “diferentes”, pela raça, aos olhos do poder dominante que muitas vezes os oprimem. O objetivo dos educadores é defender as “[...] conquistas e os direitos parcialmente adquiridos sob a bandeira da social-democracia, ampliá-los e aprimorá-los para uma economia, uma sociedade e uma cultura mais amplamente democratizada” (APPLE, 1995, p. 49).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIVERSIDADE NA ESCOLA

A construção da identidade humana é um processo social que sofre influências e se modifica no decorrer dos tempos. Isso acontece com nosso modo de “ser” e se “comportar” no mundo como mulheres e homens, “estas diferenças atribuídas socialmente aos gêneros [...]” e maneiras de viver a sexualidade “[...] implicam em relações de poder, provocando desigualdades [...]” (MELO 2010, p. 05). Cabe destacar que diferença não é sinônimo de desigualdade, mas sim resultante dos processos sociais que ao longo do tempo produzem marcas identitárias de gênero, sexualidade, etc.

Quando refletimos o contexto social como um todo, no qual estamos inseridos, percebemos que há inúmeras práticas sociais que são divisoras, que por meio das relações de poder que se concentram em “ajustar” os indivíduos em padrões pré-estabelecidos, torna-nos segundo Mesomo (2004, p.101) sujeitos que “incluímos e excluimos a nós e aos outros na vivência e na produção de práticas discriminatórias as quais alimentamos com nossa diferenciação”, reforçados também pela educação escolar.

Podemos verificar que ainda hoje há muitos valores considerados tradicionais presentes dentro de uma lógica dicotômica que segundo Louro (1997, p.33) “[...] supõe que a relação masculino-feminino constitui uma oposição entre um polo dominante e outro dominado – e essa seria a única e permanente forma de relação entre os dois elementos”. A partir desta observação, podemos (re)pensar a Gestão Escolar pelo olhar do gênero, pois:

[...] permite tecer novos caminhos no processo de ressignificação de categorias aparentemente universais. Há de se atentar para que as multiplicidades sejam observadas, visibilizando e compreendendo as relações mais finas, pois, ao estar imbricado com outras linhas, inclusive com a de classe social, o gênero não se coloca como categoria única. Assim, adotar o gênero pode indicar a possibilidade de romper com pensamentos binários que insistem em formas dicotômicas e hierarquizadoras, como branco ou negro; homem ou mulher; cultura ou natureza (JARDIM; ABRAMOWICZ, 2005, p. 96).

Nesse sentido, pensar a educação na visão do gênero e da sexualidade possibilita discorrermos sobre as inúmeras maneiras de “ser”, sobre suas identidades construídas dentro de relações recíprocas e ao mesmo tempo complexas, sendo preciso levar em

consideração as mudanças que ocorrem na produção do gênero ao longo dos distintos momentos históricos e sociais.

Diversas são as representações sobre homens e mulheres, travestis, transgêneros, transexuais e diversos são os papéis, padrões e regras atribuídas aos indivíduos que “[...] uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... [...]” (LOURO, 1997, p.24). Por isso, é importante entendermos que na dinâmica do gênero “ser masculino” ou “ser feminina” são identidades “[...] sempre *construídas*, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento” (LOURO, 1997, p.27). Complementando, a autora afirma que estas identidades,

[...] estão continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo (LOURO, 1997, p.28).

Em relação à sexualidade compreendida pela teoria *queer*, Silva (2004, p. 105) a identifica como uma construção social, apontando que não são apenas as relações de gênero que são construídas, mas a forma como vivemos a nossa sexualidade também. “O termo *queer* historicamente tem sido utilizado como insulto ao homossexual, significa ‘estranho’, ‘esquisito’, ‘incomum’, ‘fora do normal’, ‘excêntrico’”. No entanto, o movimento homossexual o vê como uma maneira de “auto-identificação” em busca do questionamento da identidade sexual,

A teoria *queer* começa por problematizar a identidade sexual considerada normal, ou seja, a heterossexualidade. Em geral, é a identidade homossexual que é vista como um problema. A heterossexualidade é a norma invisível relativamente à qual as outras formas de sexualidade, sobretudo a homossexualidade, é vista como um desvio, como uma anormalidade (SILVA, 2004, p.106).

No que se refere aos travestis, transexuais e transgêneros, Peres (2010, p. 59) conceitua,

[...] as travestis como pessoas que se identificam com a imagem e o estilo do gênero feminino, se apropriando de indumentárias e adereços de sua estética, realizando com frequência a transformação de seus corpos, sejam por meio da ingestão de hormônios, ou da aplicação de silicone industrial e das cirurgias de correção estética e de próteses; as transexuais são pessoas com demandas de cirurgias de mudança de sexo e de identidade civil, de modo a adequar sua genitália a sua identidade de gênero, [...] já transgêneros seriam pessoas que se caracterizam esteticamente por orientação do gênero oposto, não se mantendo o

tempo todo nesta caracterização, como o fazem as travestis e as transexuais. Como exemplo dessas pessoas pode-se elencar as/os transformistas, as *drags queens*, os *drag kings*, os *cross-dressing* etc.

Assim sendo, a intervenção de estágio veio propor outros olhares no que se refere à identificação e reconhecimento da Diversidade sexual, com o intuito de compreender como determinados conceitos são percebidos, interpretados e transmitidos, bem como entender que tais identidades são (re)produzidas e discriminadas também na instituição escolar. Neste sentido, problematizamos as possíveis práticas pedagógicas que excluem os sujeitos considerados diferentes ou “anormais”, afinal o trabalho escolar, em específico a Gestão Escolar pode ser promotora do reconhecimento da Diversidade abrindo espaço para repensar suas práticas, uma vez que,

[...] os sujeitos, que por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e provocam uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados a margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO, 1997, p.27).

Com isso, uma vez que a instituição escolar é formada pela e na sociedade, consideramos que além dos objetivos a ela incumbidos – de ser a transmissora dos conhecimentos historicamente produzidos por homens e mulheres –, o trato com a Diversidade é primordial. Afinal, uma escola que segue o viés da gestão democrática no currículo e nas ações pedagógicas, compromete-se em ter profissionais que “[...] se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes” (MOREIRA e CANDAU, 2007, p. 18).

METODOLOGIA

Para a realização deste projeto, priorizamos o referencial teórico metodológico da abordagem dos Estudos Culturais, que numa definição sintética da teoria, trazida por Silva (2011, p. 134) “[...] estão preocupados com questões que se situam na conexão entre cultura, significação, identidade e poder”, ou seja, “[...] tomam claramente o partido dos grupos em desvantagem [...]”. Para isso, a abordagem teórica propõe intervenções e problematizações sobre o que é considerado natural e normal pela sociedade e na instituição escolar. Nesse artigo, enfatizamos as ações do trabalho da Gestão Escolar.

Este trabalho, caracterizado como um projeto de pesquisa ação-participativa (COSTA, 2003) permitiu discussões e debates com as profissionais (professoras, diretora e pedagoga) para (re)pensarmos a relação do trabalho da Gestão Escolar no trato com a

Diversidade, em um curto espaço de tempo, além das reflexões - realizadas através de questionamentos durante a exposição da temática - no que tange as construções e/ou (re)produções de pré-conceitos e de como estes influenciam na prática docente.

Em um primeiro momento houve o convite as profissionais – de uma instituição escolar pública, municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental, localizada na cidade de Campo Mourão/PR - para participarem do projeto de extensão - vinculado a um projeto de ensino e pesquisa a princípio intitulado “Diversidade na Escola”, realizado durante a docência de Gestão Escolar, da disciplina de estágio supervisionado obrigatório do curso de Pedagogia, (UNESPAR/Campo Mourão) - as quais indagadas, levantaram temáticas referentes às necessidades de maiores discussões no ambiente escolar que convivem, como: Agressividade Infantil, Como e por que avaliar? Professor e Agressividade dos alunos, Sexualidade Infantil, Diversidade e Ética profissional.

Foram realizados sete encontros na própria instituição, que as profissionais trabalham. O primeiro encontro para levantamento das temáticas e os demais encontros para as discussões e problematizações sugeridas, no período de 21 de maio a 25 de junho de 2013. Cada encontro teve aproximadamente uma hora e meia de duração, conforme as contribuições e participações sobre os temas elencados. As falas das participantes da pesquisa foram registradas em diário de campo.

Nas discussões que realizamos, apresentamos o projeto “Diversidade na Escola” no sexto encontro. Trabalhamos com alguns conceitos relacionados ao tema – o que é Diversidade, gênero, sexualidade, homossexualidade, travesti, transgênero, transexual – e a importância da instituição escolar como uma das instâncias sociais discutirem estas questões em sala de aula. Utilizamos também como encaminhamento metodológico algumas literaturas para fundamentação teórica, na perspectiva dos Estudos Culturais e algumas sugestões de materiais para serem trabalhados em sala de aula.

Dentre estes recursos, expomos alguns exemplos de literatura infantil que abordam as questões de Gênero, como as obras “Nem tão rosa, nem tão azul: ser menino e ser menina” (LOPES, 2001) e “Na minha escola todo mundo é igual” (RAMOS, 2004), com o intuito de desconstruir algumas diferenças relacionadas ao gênero que são postas a meninos e meninas no cotidiano escolar e social. Apresentamos também, alguns relatos de pesquisas (PERES, 2010; KENNEDY, 2010) sobre travestis e transgêneros e suas experiências, com intuito de repensar os preconceitos e dificuldades que essas pessoas enfrentam no cotidiano das escolas. Por fim realizamos uma dinâmica, que pode também ser trabalhada em sala de aula, com o objetivo de refletir sobre as diferenças e semelhanças entre os gêneros com base na obra “João ou Joana?” (IAC, 2010). A dinâmica procura refletir sobre as razões pelas quais aqueles determinados espaços e brinquedos foram atribuídos como de menino e de menina, entre outras sugestões já citadas.

APONTAMENTOS SOBRE A PRÁTICA DO PROJETO

As discussões em torno da Diversidade expostas no decorrer da aplicação do projeto de Gestão Escolar, ajudaram a (re)pensar possibilidades de novos trabalhos e discussões que possam auxiliar e vir a complementar o trabalho docente frente às dúvidas e

conflitos de seus alunos/as. São várias as situações cotidianas na ação docente, em que os sujeitos, de forma intencional ou não pré-julgam os papéis, comportamentos, pensamentos que não seguem os padrões estabelecidos – socialmente e no dado momento histórico.

Do ponto de vista cultural estas representações acontecem quando “[...] mesmo os aspectos tipicamente observáveis, que aprendemos a ver como diferentes desde o nosso nascimento, só passaram a ser percebidos [...], porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomeamos e identificamos” (GOMES, 2007). Um exemplo disso é quando escutamos certas expressões sobre a mulher, que na maioria das vezes, ainda é vista nesta sociedade como sem defesa, considerada “sexo frágil”. Enquanto o homem é visto como aquele que se sobressai pela coragem, força e o vigor sexual. Exemplos como estes, mostram que os estereótipos ligados ao gênero são reforçados “[...] por práticas divisoras de sujeição, conseguidas pelas relações econômicas, pelos hábitos e tradições e, também, pela educação” (MESOMO, 2004, p. 101).

No final da oficina com as profissionais da escola, apresentamos o seguinte questionamento para reflexão e *feedback* da prática docente das mesmas na instituição: “Questões referentes ao gênero, sexualidade, travestis, transexuais, transgênero são abordadas por você em sala de aula? De que maneira? Por quê?”. A maior parte das profissionais disse que “sim”, que trabalham algo sobre a temática. As justificativas foram que “as questões são respondidas conforme a fase que os alunos estão, pois são termos que são utilizados em TV, revistas, etc. porque os alunos necessitam de informações corretas” (Relato extraído do Relatório de estágio curricular supervisionado – Diário de campo, 2013). Outra profissional disse que,

Sim, houve um caso de um aluninho (pois trabalho com nível II) beijar com um selinho a coleguinha da classe, de vista achei estranho, porém refleti que o que aquela criança estava fazendo era apenas reproduzir uma cena já vista, por exemplo, de TV ou entre o pai e a mãe dele. Acreditei que aquela criança não sabia nada ainda sobre sexualidade e expliquei que só pode ocorrer beijo entre homem e mulher e só quando forem adultos (Relato extraído do Relatório de estágio curricular supervisionado – Diário de campo, 2013).

Diante de colocações como estas, percebemos uma educação voltada ao molde da concepção heteronormativa, que coloca em evidência o comportamento que deve ser seguido por homens e mulheres em seu relacionamento afetivo e sexual. Segundo Weeks *apud* Louro (1997, p. 80) isso acontece porque,

o ato de cruzar a fronteira do comportamento masculino ou feminino apropriado (isto é, aquilo que é culturalmente definido como apropriado) parece, algumas vezes, a suprema transgressão". Como já observamos, a vigilância e a censura da sexualidade orientam-se, fundamentalmente, pelo alcance da "normalidade" (normalidade essa representada pelo par heterossexual, no qual a identidade masculina e a identidade feminina se ajustam às representações hegemônicas de cada gênero).

E com as respostas “sim” das profissionais, podemos observar a pretensão de posicionamentos “neutros” sobre as discussões da temática em sala de aula, uma vez que as professoras afirmam a discussão do tema com os/as alunos/as, mas sem apresentarem uma prática fundamentada fora dos padrões heteronormativos, “e isso se justifica pela falta de conhecimento, pelos valores arraigados e/ou pelo receio de que o resultado do trabalho seja interpretado negativamente” (SANTOS e ARAÚJO, 2009, p. 15).

No decorrer das discussões foi possível perceber o interesse sobre a temática abordada, e também certa dificuldade e preocupação por parte das profissionais em saber fazer uma colocação coerente, formal e fundamentada para os/as alunos/as sobre a Diversidade, pois lidar com valores familiares, religiosos, na maioria das vezes já cristalizadas, é uma tarefa difícil, até porque são inúmeras instâncias sociais que nos moldam, inúmeros são os padrões que de modo direto ou indireto, refletem na identidade de cada sujeito, explicando assim, como se forma cada indivíduo, o que se quer *ser*, como *ser*; pois não há dúvidas de que em diferentes lugares, exigem-se diferentes comportamentos, aceitáveis ou não, influenciados por diversas instituições como a mídia, a política, a família e, sobretudo, a escola.

Muitos pensamentos que são colocados como “naturais”, como por exemplo, os conceitos de sexualidade e de gênero estão carregados de preconceitos e evidenciam concepções que podem e muitas vezes estão relacionadas à, “[...] conceitos dogmáticos, especulativos, preconceituosos, limitados e conservadores, [...]”, (SANTOS e ARAÚJO, 2009, p. 13) também ligados à formação, em relação à falta de preparação utilizada como argumento de professores/as para (re)pensarem suas práticas pedagógicas.

Compreende-se assim, que o ambiente escolar,

[...] se constitui num contexto propício não só para a propagação de concepções sociais fundamentadas em referenciais hegemônicos – *no sentido de privilegiar determinados grupos sociais* – mas também das ali produzidas, que muitas vezes promovem as diferenças como produtoras de desigualdades sociais (SANTOS e ARAÚJO, 2009, p.15) (grifos nossos).

Assim, professores/as, educadores/as como sendo os principais referenciais do conhecimento científico, segundo Santos e Araújo (2009, p. 15) tornam-se:

[...] referenciais da discussão sobre sexualidade na escola, pois podem optar por: não discutir, abstendo-se do ‘problema’ (que não deixará de existir); [...] ou, ainda, problematizar de forma mais crítica a discussão da sexualidade para além da prevenção e promoção da saúde, considerando a intencionalidade e as relações de poder existentes na produção dos saberes.

Observamos, neste contexto, que valores permeiam as ideias que professoras/es carregam ao longo da vida, e que muitas vezes, são esses valores que são transmitidos nos

conteúdos escolares, no currículo e nas ações da Gestão. Assim, aprovados ou não por alunos/as, tais valores penetram na nossa cultura e começa nos parecer natural, normais, uma verdade inquestionável. Por outro lado, podemos usar essas mesmas práticas para problematizá-las e aproximar o trabalho com o trato a Diversidade pautada pelo viés da gestão democrática,

pois a experiência da diversidade faz parte dos processos de socialização, de humanização e desumanização. A diversidade é um componente do desenvolvimento biológico e cultural da humanidade. Ela se faz presente na produção de práticas, saberes, valores, linguagens, técnicas artísticas, científicas, representações do mundo, experiências de sociabilidade e de aprendizagem (GOMES, 2007, p. 18).

Todavia, Gomes (2007, p. 18) ressalta a tensão que há neste processo, por conta da tendência em ressaltar uma cultura “[...] como positivos e melhores os valores que lhe são próprios, gerando certo estranhamento e, até mesmo, uma rejeição em relação ao diferente. É o que chamamos de etnocentrismo”, além de “[...] práticas xenófobas (aversão ou ódio ao estrangeiro) e em racismo (crença na existência da superioridade e inferioridade racial)”, com isso, a Diversidade pode vir a ser abordada de modo desigual e naturalizada.

Para que isto não ocorra, alguns passos propostos por Gomes (2007, p. 21-22) podem ser dados, por exemplo, “[...] a reflexão sobre a nossa postura diante desse debate enquanto educadores e educadoras e partícipes dessa mesma biodiversidade [...]”, e o desenvolvimento de uma “[...] postura ética de não hierarquizar as diferenças e entender que nenhum grupo humano e social é melhor ou pior do que outro. Na realidade, somos diferentes”.

Seguindo as argumentações apresentados pela autora supracitada, a Diversidade esteve, está e sempre estará presente nas relações cotidianas que estabelecemos com nossos pares, seja materializado em documentos (currículos, planejamentos) ou nas ações dos docentes, discentes e dos gestores/as.

Neste sentido, os documentos e ações educacionais, não estão restritos a ideias, abstrações e discursos, na realidade são “[...] experiências e práticas concretas, construídas por sujeitos concretos, imersos em relações de poder”. A Diversidade na Gestão escolar democrática “[...] pode ser considerado uma atividade produtiva e possui um aspecto político que pode ser visto em dois sentidos: em suas ações (aquilo que fazemos) e em seus efeitos (o que ele nos faz)”, ou seja, o trato com a Diversidade não se resume em um tema incluso nos currículos, mas sim, que a partir desta reflexão precisamos perceber que nos processos de produção e de seleção do conhecimento escolar está presente a Diversidade (GOMES, 2007, p. 23).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da realização deste trabalho, podemos perceber que todos/as os/as profissionais envolvidos no trabalho com a escola, são sujeitos chaves para uma efetiva e

importante ação dentro de toda Gestão Escolar, uma vez que a equipe é formada por seres humanos cujas construções históricas, sociais, religiosas, políticas, culturais, podem promover diferença no trato com a Diversidade, até mesmo para além dos muros da escola.

Levando em consideração a perspectiva da Gestão Escolar democrática e estabelecendo relações com as discussões referentes aos Estudos de Gênero, Sexualidade e Diversidade, buscamos responder a problemática deste projeto de ensino e pesquisa, possibilitando através de problematizações indagar as docentes sobre suas práticas cotidianas em sala de aula e/ou como gestoras.

Outro ponto importante durante a intervenção da oficina foram às contribuições das profissionais, os exemplos vivenciados em sala e a relação estabelecida com a teoria apresentada por nós. A partir disso, podemos repensar práticas futuras no campo de atuação profissional e obtermos maior conhecimento do espaço escolar e dos desafios a serem enfrentados.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Repensando Ideologia e Currículo. Currículo, Cultura e Sociedade. Antonio Flavio Moreira e Tomaz Tadeu da Silva (orgs.); tradução de Maria Aparecida Baptista. 2. ed. revista São Paulo: Cortez, 1995.

BILLY ELLIOT. Produção de Stephen Daldry. Reino Unido, Working Title Films, 1999. (DVD). Duração: 1h 51min.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa HESSEL; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. Revista Brasileira de Educação. n. 23, p. 36- 61. Mai/ Jun/ Jul/ Ago, 2003.

FANK, Elisane. A gestão democrática na escola pública como método e concepção: uma abordagem para além dos clichês das políticas mercadológicas e de coalizão. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação. Coordenação de Gestão Escolar. Curitiba: SEED, PR, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

INSTITUTO DE APOIO A CRIANÇA (IAC). João ou Joana?. In: A descoberta do Ser... A Crescer!. Jun./Jul., 2010. Disponível em: <<http://educacaosexualidade.files.wordpress.com/2012/05/a-descoberta-do-ser-a-crescer.pdf>>. Acesso em: 08 de Julho de 2014.

JARDIM, Silvia Regina Marques; ABRAMOWICZ, Anete. Tendências da produção paulista sobre gênero e educação: um balanço de dissertações de mestrado. Estudos RBPG, v. 2, n. 3, p. 93-117, mar. 2005.

KENNEDY, Natacha. Crianças transgênero: mais do que um desafio teórico. Traduzido por Valéria Amado. Revista do programa de pós-graduação em ciências da UFRN. v.11, n.2, 2010.

LENAIN, Thierry. Ceci tem pipi? Cia das letrinhas, 2004.

LOPES, Cida. Nem tão rosa, nem tão azul: ser menino ser menina. Ed. Todo livro, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MELO, Andréa Silene Alves Ferreira. Oficinas sobre sexualidade e gênero como proposta de formação continuada para profissionais da educação. Estudos IAT, Salvador, v.1, n.1, p. 98-108, jun. 2010.

MESOMO, Aliandra Cristina. Educação e Infância: Ensaio sobre poder e controle. Nuances: estudos sobre educação, São Paulo, v. 11, n. 11/12, p. 99-113, jan./jun. e jul./dez., 2004.

MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosangele de Fátima Rodrigues (orgs.). Corpo, gênero e sexualidade. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

PARO, V. H. Gestão Democrática da escola pública. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

PERES, Willian Siqueira. Travestis, Escolas e processos de subjetivação. Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, V. 12, n. 2, jul./dez. 2010.

RAMOS, Rossana. Na minha escola todo mundo é igual. Cortez, 2004.

ROCHA, Ruth. Faça sem ponta, galinha sem pé. Salamandra, 2009.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; ARAÚJO, Débora Cristina de. Sexualidades e Gêneros: Questões Introdutórias. Sexualidade. SEED/PR, p. 13-27, 2009.

SASSO, Andrea Geraldi. Relatório de estágio curricular supervisionado. Universidade Estadual do Paraná *campus* Campo Mourão, 2013. 12p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, A. R. A escola por dentro e por fora: a cultura da escola e o programa de descentralização financeira em Curitiba – PR. Dissertação de Mestrado (Educação). São Paulo: PUC-SP, 2001.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO. G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.